



Palácio do Planalto, fim do expediente: Sarney recebe Funaro e Francisco Gros, que convocara para assumir o Banco Central

Gros assume com missão definida

Mandato pode ser interino, só para combater a alta dos juros

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

O novo presidente do Banco Central, Francisco Roberto de Andrade Gros, assume hoje à tarde um mandato com todas as características de interinidade que atualmente cercam a equipe econômica do Governo, com a missão, impossível, de pelo menos fazer crer que as taxas de juros podem cair sem que seja trocada a política econômica como um todo.

Como homem do mercado, ele sabe que não se faz política econômica apenas pelo lado da administração de oferta de crédito e moeda, quando os demais preços-chaves — salários, preços, câmbio — estão cada dia mais distantes de um conjunto harmônico, orientado pela Secretaria do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda. E mais: não se faz política monetária sem que haja uma política econômica em curso.

Seu antecessor, Fernão Bracher, também sabe disso — mas pagou para ver, quando já não tinha mais condições de resistir à pressão política desde o final do ano, ao ficar claro o fracasso do Plano Cruzado. Tecnicamente seu único erro foi tentar fazer o que recomenda o bom-senso da teoria econômica, freando a forte expansão monetária (que levou a inflação projetada pela FGV a mais de 22% de IGP ape-

nas em fevereiro) após o período da euforia consumista no ano passado.

Bracher saiu por não concordar com o que o Governo pretende fazer na economia — mas será que o Governo sabe o que pretende? Não é por acaso que o Palácio do Planalto encomendou um sigiloso estudo de economistas independentes sobre a próxima política econômica a se adotar, tão logo o Governo consiga fazer a reforma ministerial após a posse dos novos governadores. As equipes da Fazenda e da Seplan não serão consultadas, pelo menos por enquanto, tamanha é a descoordenação atual nesta área.

Junto com Bracher deve sair de imediato seu diretor da Dívida Pública, Alkimar Moura, que assumiu recentemente com outra missão impossível: administrar o passivo do Governo de forma a que pelo menos pelo lado da oferta de crédito e moeda não se alimente ainda mais a espiral inflacionária, ela mesmo fruto da política monetária anterior que fazia a “alegria do povo” com queima de reservas e farta emissão de papel-moeda. Deve haver mudança também na Diretoria da Dívida Externa, no rastro das dificuldades com os credores.

A política monetária de Bracher — contenção monetária para não sancionar a inflação decorrente também do realinhamento de preços — foi tam-

bém suicida, na medida em que as taxas de juros sinalizadas por 30,3 por cento no overnight, como ocorreu ontem, só levariam a uma quebra geral, à insolvência do próprio Governo (via explosão dos custos financeiros da dívida pública) e, naturalmente, ao agravamento da crise política em meio à Constituinte.

Encontrar um bode expiatório neste contexto foi mais fácil do que enfrentar o problema de frente. Aparentemente o próprio Governo prefere ser enganado, enganando a si próprio, quando deixa de explicar à sociedade que não existe milagre capaz de baixar os juros sem expandir a oferta de crédito e moeda — e fazer isso agora significa explodir com o sonsumo, agravar a inflação de demanda e permitir que a expectativa inflacionária deste ano suba acima dos atuais 320% com que técnicos do próprio Governo já estão trabalhando.

O desfecho desta demissão no Banco Central virá nas próximas semanas, quando a reforma ministerial que se começa a montar no Palácio do Planalto trouxer nova equipe econômica e, com a troca, permitir que se informe à Nação que finalmente o País vai precisar recorrer a outra recessão porque a crise interna já se transformou no prenúncio de grave estrangulamento cambial.